

257

CIÊNCIA POLÍTICA NO BRASIL: A ABORDAGEM NEO-INSTITUCIONALISTA. *Roberta Mallmann Souto Pereira, Roberta Mallmann Souto Pereira, Helgio Henrique Casses Trindade (orient.)* (UFRGS).

O objetivo do trabalho é analisar a gênese do estudo das instituições políticas e seus principais teóricos. Relacionar o desenvolvimento do neo-institucionalismo enquanto abordagem da ciência política internacional e sua influência sobre os cientistas políticos brasileiros. O termo "institucionalismo", como corrente temática, sobretudo na Ciência Política, foi originado nos Estados Unidos, em finais do século XIX, sendo seu principal representante o filósofo, sociólogo e economista, Thorstein Veblen. A fase de expansão do neo-institucionalismo, por sua vez, ocorreu nos anos de 1980 até meados de 1990. Destaca-se, segundo os especialistas basicamente, três escolas que representam o método de análise neo-institucionalista: *institucionalismo histórico*, *institucionalismo da escolha racional* e *institucionalismo sociológico*. As três vertentes se opõem as perspectivas behavioristas dos anos 1950 e 1960. A "terceira onda de democratização" e a redemocratização das democracias no sul da Europa e na América Latina levaram a Ciência Política a voltar-se a problemas institucionais, que foram criticados pelo enfoque jurídico-formal, recuperando a configuração institucional como estratégia para a reconstrução das jovens democracias. Os debates sobre as reformas constitucionais, partidos e sistema eleitoral, formas de governos tiveram um papel central nesse debate. O Brasil, tendo passado pelo processo de democratização nesse período, em 1985, sofreu também as influências do neo-institucionalismo. Nosso trabalho, tentará reconstituir a rede de relações entre essas diferentes correntes, concentrando-se, então, na abordagem desses métodos no Brasil, através da identificação das características e dos principais nomes de cada vertente, localizados em seu respectivo tempo e espaço.